



Emarf: Curso de formação inicial de juízes federais substitutos da 2ª Região será modelo da Justiça Federal

O curso de formação inicial dos juízes federais substitutos iniciado no dia 6 de julho, para os magistrados empossados na véspera, contou com a participação da desembargadora federal aposentada Tania Heine, que fez a primeira palestra para os 19 novos membros da magistratura federal, falando sobre “O Tribunal Regional Federal da 2ª Região: uma trajetória de êxitos na consolidação da cidadania”.

Essa é a primeira vez que o curso vai funcionar alinhado com o programa definido pelo Conselho das Escolas de Magistratura Federal (Cemaf), após encontros organizados pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ). Na verdade, a proposta inicial apresentada pela Emarf, que já realizava o curso com os temas e a carga horária estabelecida

pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), foi acrescida de novos objetivos definidos após tais encontros. O resultado dessa integração é o Curso de Formação Inicial de 2012, cuja carga horária será superior às 480h exigidas. No total serão 658h, sendo 240h de prática jurisdicional preparatória.



Marcelo Ferraz

O curso tem carga horária superior à exigida pela ENFAM



PRESIDENTE:
Desembargadora Federal Maria Helena Cisne

VICE-PRESIDENTE:
Desembargador Federal Raldênio Bonifacio Costa

CORREGEDOR REGIONAL:
Desembargador Federal André Fontes

DIRETOR GERAL:
Jaderson Correa dos Passos

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:
Ana Sofia Brito Gonçalves

REDAÇÃO:
André Camodego, Marcelo Ferraz e

Assessorias de Comunicação Social da Justiça Federal do Rio de Janeiro e do Espírito Santo

DIAGRAMAÇÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO:
Divisão de Produção Gráfica e Editorial - Digma/Sed

PROJETO GRÁFICO:
Daiane Moraes

REVISÃO:
André Camodego

Para mais notícias e a versão eletrônica do Habeas Data, visite o site www.trf2.jus.br

TRF2 abre vagas para juízes federais interessados em compor a estrutura permanente das Turmas Recursais

Com a publicação da Lei 12.665, de 13 de junho de 2012, a presidente do TRF2, desembargadora federal Maria Helena Cisne, expediu edital para que os juízes federais interessados em integrar a recém-criada estrutura permanente dos órgãos responsáveis por julgar os recursos contra as decisões dos Juizados Especiais Federais concorram a uma das 15 vagas criadas na Segunda Região. O edital de remoção T2-EDP-2012/00013 foi assinado no dia 25 de junho e o pregão para provimento dos 12 cargos da Seção Judiciária do Rio de Janeiro e dos três da Seção Judiciária do Espírito Santo será realizado no dia 25 de julho, quarta-feira, no Plenário do TRF2 (Rua Acre, 80, 3º andar), às 11 horas. O ato será transmitido por videoconferência para a Seção Judiciária capixaba, no auditório do Edifício Sede.

TRF2 cria Núcleo de Cooperação Judiciária do Rio de Janeiro e do Espírito Santo

A Justiça Federal da Segunda Região já conta com dois magistrados de cooperação para incrementar a comunicação entre diferentes órgãos do Judiciário e, principalmente, para garantir mais rapidez na tramitação de processos cuja conclusão depende de atos praticados fora da competência do juiz da causa. Os juízes federais Osair Victor de Oliveira Junior e Eloá Alves Ferreira foram designados para essa missão, respectivamente, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, pelas Portarias T2-POR-2012/00003 e T2-POR-2012/00004.

Ambos os documentos foram assinados pelo corregedor regional da Justiça Federal da Segunda Região, desembargador federal André Fontes, no dia 18 de junho. Os atos concretizam o que fora determinado na Resolução T2-RSP-2012/00036, do dia 14, através da qual a presidente do TRF2, desembargadora federal Maria Helena Cisne, constituiu o Núcleo de Cooperação Judiciária da Segunda Região, diretamente ligado à Corregedoria.

As atribuições do Núcleo de Cooperação Judiciária da Segunda Região incluem o auxílio em diversos tipos de atos que envolvam juízos de competências distintas. Entre esses atos estão a reunião ou apensamento de processos, a suscitação de conflitos de competência, as providências para citações, intimações, obtenção e apresentação de provas, as coletas de depoimentos, as medidas cautelares e a transferência de presos.

Juiz federal Ricardo Perlingeiro integra comissão revisora do projeto de código-modelo aprovado pelo Instituto Ibero-Americano de Direito Processual

Com a colaboração do juiz federal Ricardo Perlingeiro (atualmente convocado para o TRF2), o Instituto Ibero-Americano de Direito Processual (IIDP) aprovou recentemente o Código Modelo de Processos Administrativos – Judicial e Extrajudicial para Ibero-América. O magistrado integrou, como secretário-geral, a comissão que em fevereiro já havia concluído o trabalho submetido à Assembleia Geral do Instituto.

Um dos focos do Código Modelo de Processos Administrativos – Judicial e Extrajudicial para Ibero-América, é o enfrentamento à falta de uniformidade das decisões administrativas, o que é comum mesmo quando os fatos nos processos são idênticos. Uma das consequências do problema é o grande número de ações repetitivas, que retardam a atuação da justiça.

(Para ler as versões em português e espanhol do documento, visite a página do TRF2 na internet: www.trf2.jus.br).

Informe da Presidência

TRF2 instala sala-cofre para garantir segurança de dados de processos e documentos administrativos

Com a chegada do processo judicial eletrônico, e, por conseguinte, com a aproximação do fim dos processos em papel, a guarda dos autos judiciais tem exigido atenção especial na Justiça Federal da Segunda Região. Atualmente, só na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, existem cerca de 950 mil processos eletrônicos, com aproximadamente 22,2 milhões de peças processuais digitais. Não é difícil imaginar o tamanho do prejuízo para a população que representaria a perda dessas informações.

É por conta disso que o TRF2 está investindo na instalação de uma sala-cofre, que deverá estar operando até outubro deste ano. O espaço garantirá condições mais adequadas e muito mais segurança para o armazenamento e funcionamento do centro de processamento de dados que contém todas as informações administrativas e judiciais do órgão e da primeira instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro.



André Camodego